

ASSISTÊNCIA SOCIAL NA PERSPECTIVA DOS USUÁRIOS: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E IDEOLOGIA

Cristiane Davina Redin Freitas¹; Pedrinho Guareschi²

Introdução

A assistência social no Brasil foi, historicamente, marcada por uma trajetória fragmentada e sem força política. Reconhecida como campo da benemerência, de ações clientelistas, essa política mantinha-se em um lugar secundário diante das prioridades governamentais. Porém, desde a Constituição de 1988 e até mesmo antes dela, a sociedade brasileira tem lutado pela modificação deste cenário. Em 1993, com a promulgação da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS – Lei 8742), iniciou-se o processo de reorganização da Assistência no Brasil e a necessidade de modificação das práticas assistencialistas. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), atualmente em vigência, propõe a consolidação da Assistência Social como política pública e direito social na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Ao reconhecer os usuários como parte fundamental da construção da política de assistência social, pois é a eles a quem ela está destinada, esta comunicação oral, originária de uma pesquisa, tem como objetivo central descrever e analisar a representação social dos usuários sobre a assistência social por meio dos serviços oferecidos nos Centros de Referência de Assistência Social (CRASs). O público usuário que acessa os recursos disponibilizados no CRAS, é designado na PNAS (2004, p.27) como composto por famílias e indivíduos que apresentam as seguintes características: 1) perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; 2) identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; 3) desvantagem pessoal resultante de deficiências, exclusão pela pobreza e, ou no acesso às demais políticas públicas; 4) uso de substâncias psicoativas; 5) exposição a diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; 6) inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal e 7) utilização de estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social. A PNAS (BRASIL, 2004) e o SUAS, na perspectiva de superar a fragmentação contida na abordagem por segmentos (como o idoso, o adolescente, a população em situação de rua, entre outros), amplia o universo de usuários de forma a incluir mais setores da população. Isto se percebe na definição trazida pela LOAS (1993/2009), a qual refere os usuários como “aqueles que dela necessitam”, ou seja, todos os cidadãos que se encontram fora dos canais decorrentes de proteção pública: o trabalho, os serviços sociais públicos e as redes sociorrelacionais. Inúmeras pesquisas na área da assistência social têm se preocupado em problematizar a condição e a perspectiva dos usuários. A começar pelo estudo de Yazbeck (1993/2009) que buscou compreender o lugar dos excluídos e subalternos no contexto da assistência social, o que, através de suas narrativas, possibilitou a compreensão do processo de reprodução social da subalternidade na sociedade. A autora também investigou se a assistência social poderia se constituir como um espaço de protagonismo dos subalternos ou se ela reiterava sua condição. Suas conclusões mostraram que a assistência social tenta atuar em favor do protagonismo, mas que, em muitas situações, mantém a tutela e dependência dos usuários. Esses estudos demonstram a importância e a necessidade de buscar nos usuários suas percepções sobre os impactos e efetividade da assistência social. Entende-se que não há quem melhor possa expressar seu significado em suas vidas do que eles próprios, além de oferecerem uma importante avaliação dos serviços e recursos disponibilizados, já que são

¹ Doutora em Psicologia Social – UFRGS; Integrante do Grupo de Pesquisa: Ideologia, Comunicação e Representações Sociais Docente do curso de Psicologia da UNISC. E-mail: cristianefr@unisc.br

² Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional – UFRGS. Líder do Grupo de Pesquisa: Ideologia, Comunicação e Representações Sociais. E-mail: Pedrinho.guareschi@ufrgs.br

eles, ou deveriam ser, os maiores envolvidos no processo. O presente estudo utilizou os pressupostos da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2003) que possibilita uma melhor apreensão das ideias e significados atribuídos pelos usuários a respeito de suas vivências na assistência social. Parte-se do entendimento de que as representações sociais são saberes ou conhecimentos, socialmente elaborados e partilhados, com objetivos práticos e que contribuem para a construção de realidades comuns a um grupo social (JODELET, 2007). Dessa forma, o interesse da Teoria das Representações Sociais volta-se aos saberes produzidos na vida cotidiana e na compreensão de como pessoas comuns, comunidades e instituições produzem conhecimento sobre si mesmas, sobre outros e sobre os fatos sociais que são importantes a elas. Esses saberes são partilhados, pois se originam por meio de processos de comunicação, das trocas e interações entre atores sociais. As representações sociais são consideradas fenômenos, pois elas são construídas nas relações entre as pessoas (GUARESCHI, 2004; JOVCHELOVITCH, 2008).

Método

Com intuito de detectar essa representação social, foram realizados nove encontros em grupo com usuários em três CRASs de Porto Alegre RS. Esses encontros foram desenvolvidos dentro da proposta dos círculos epistemológicos cuja ideia é incorporar o círculo de cultura, método de ensino na educação, como metodologia de pesquisa. O círculo epistemológico revela-se como um método qualitativo crítico, pois conjuga técnicas consolidadas de coleta de dados (entrevista coletiva semiestruturada, discussão de grupo e observação participante) para produzir informações no espaço grupal, de forma dinâmica, dialógica e interacional. A pesquisa é feita em conjunto, dinamicamente na relação pesquisador e pesquisandos (ROMÃO et al., 2006, p. 10). Esse método também integra uma metodologia de coleta e análise de dados nos quais os integrantes participam ativamente de todo o processo de pesquisa. Esta maneira de conduzir o grupo vem ao encontro da pesquisa de cunho representacional, pois, como se viu anteriormente, a Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2003) propõe-se a recuperar a importância do conhecimento do senso comum, cujo aspecto também é contemplado nos círculos epistemológicos. Ainda, ela propõe-se a interpretar os significados simbólicos e as compreensões trazidas pelos pesquisandos no espaço da interação, que, neste caso, refere-se à assistência social e aos serviços oferecidos nos CRASs.

Resultados e Discussão

Como achados, foram identificadas duas dimensões da representação social: uma delas ideológica, nomeada no sentido em que Thompson (2009, p. 16) a define: ideologia refere-se “às maneiras como o sentido (significado) serve, em circunstâncias particulares para estabelecer e sustentar relações de poder que são sistematicamente assimétricas – relações de dominação”. Em grande parte das falas dos usuários, essa dimensão ideológica se mostrou em diversas facetas, na qual dois pontos foram discutidos: a assistência social, seu significado, acesso e utilização dos recursos e, em um segundo momento, os programas de transferência de renda, sua relevância e a questão das condicionalidades – imposições feitas pelos programas para o recebimento dos benefícios. Inicialmente, as representações sociais demonstraram que a assistência social e os recursos oferecidos por meio dos CRASs propiciavam um suporte às necessidades dos usuários, considerados por eles uma ajuda. Ao se colocar a questão sobre como os participantes compreendiam a assistência social, os usuários a reconhecem como suporte, ajuda e acolhimento e, as condicionalidades, impostas pelos programas de transferência de renda, são consideradas como incentivo. Essa dimensão da representação revela que os usuários, em geral, colocam-se em uma posição de dominação quando aceitam, sem restrições, tudo o que vem da assistência social. A segunda dimensão foi

chamada crítica, devido ao fato de que os usuários ao longo do processo dos círculos epistemológicos, conseguiram entrever, ao menos preliminarmente, alguns aspectos ideológicos presentes nas práticas da assistência social. Nesse processo, puderam transformar seus posicionamentos de aceitação dos serviços da assistência social em uma reflexão mais crítica, que abrangeu também alguns aspectos negativos sobre as práticas realizadas. A análise que os usuários assumiram nessa discussão estendeu-se às ações do Estado e governantes. Além disso, chegam a mencionar que se entendem como sujeitos de direitos, mesmo se não têm clareza do quê se tratam esses direitos. Concluiu-se com a presente pesquisa e através dos círculos epistemológicos com os usuários, que os serviços da assistência social continuam sendo realizados, atualmente, de forma semelhante às práticas de beneficiência, tutela e clientelismo, que antecederam à implantação do SUAS. Esse aspecto fica evidente nas duas dimensões da representação social analisada, a ideológica e a crítica, quando, nos primeiros círculos epistemológicos, os usuários apresentam-se favoráveis às práticas socioassistenciais e, com o aprofundamento das discussões, apresentam saberes que contém em si a crítica a essas práticas. Da mesma forma, os programas socioassistenciais revelam-se, por meio da análise dos usuários, como não possuidores de uma ação efetiva para favorecer o seu protagonismo. Nesse sentido, a pobreza política é mantida entre a população com o objetivo de conservar, na sociedade brasileira, a experiência política da dominação. É dessa forma que os governos e classes dominantes utilizam-se da ideologia para criar formas de difundir e reproduzir seus próprios interesses como aspirações de toda a sociedade (DEMO, 2001; YAZBECK, 1993/2009).

Referências

- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS Anotada**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 1993/2009.
- DEMO, P. **Pobreza Política: polêmicas de nosso tempo**. 6 ed. Campinas: Autores Associados, 2001.
- JODELET, D. Représentations Sociales: un domaine em expansion. In: JODELET, D. **Les représentations sociales** (dir.). Paris: PUF, 2007.
- JOVCHELOVITCH, S. **Os contextos do saber: representações, comunidade e cultura**. Tradução Pedrinho Guareschi. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2008.
- MENDES, J. R.; PRATES, J. C.; AGUINSKY, B. G. (org.). O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação. Porto Alegre: Edipucrs, 2009.
- MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigação em psicologia social**. Tradução de Pedrinho Guareschi. Coleção Psicologia Social. Petrópolis: Vozes, 2003.
- ROMÃO, J. E.; CABRAL, I. E.; CARRÃO, I. V. M.; COELHO, E. P. Círculo Epistemológico Círculo de Cultura como Metodologia de Pesquisa. **Revista Educação & Sociedade**. N° 13. p. 173-195. Universidade Metodista de São Paulo, 2006.
- SPOSATI, A. Prefácio. In: YAZBECK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 7ed. São Paulo: Cortez, 1993/2009.
- THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. 8 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- YAZBECK, M. C. **Classes subalternas e assistência social**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1993/2009.